

Banco Randon S.A.
Conglomerado Prudencial

Demonstrações contábeis
consolidadas em
30 de junho de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração dos resultados	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199
90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil

Telefone 55 (51) 3303-6000
Fax 55 (51) 3303-6001
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Ao Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Randon S.A.
Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A., que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na nota explicativa 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, elaboradas pela administração do Banco Randon S.A., de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 - Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração e a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalvas.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

- a. Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis, que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Porto Alegre, 28 de outubro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2015	2014
Circulante		357.802.644,64	339.723.423,57	Circulante		179.232.558,62	167.611.529,72
Disponibilidades		407.406,26	622.172,88	Depósitos	11	-	1.359.080,94
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	14.714.659,68	17.079.962,32	Depósitos a prazo		-	1.359.080,94
Aplicações no mercado aberto		14.714.659,68	17.079.962,32	Obrigações por empréstimo	12	104.289.979,98	89.619.197,00
Títulos e valores mobiliários	5	57.560.687,56	48.532.233,04	Obrigações por empréstimos e repasses		104.243.507,78	89.554.198,08
Carteira própria		23.456.081,28	20.972.515,35	Empréstimos no país		46.472,20	64.998,92
Cotas de Fundos de Investimento		34.104.606,28	27.559.717,69	Outras obrigações		74.942.578,64	76.633.251,78
Relações Interfinanceiras		29.240,89	11.926,68	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		194.986,55	149.057,20
Créditos vinculados		28.538,85	11.683,33	Sociais e estatutárias		1.336.030,99	1.308.094,25
Relações com correspondentes		702,04	243,35	Fiscais e previdenciárias		4.978.028,26	4.000.907,29
Operações de crédito		228.777.264,50	219.249.452,77	Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	7	48.507.132,58	50.282.454,62
Setor privado	6a	232.732.710,83	220.682.687,15	Recursos não procurados		7.424.986,34	7.523.021,65
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(3.955.446,33)	(1.433.234,38)	Outras obrigações - diversas	13	12.501.413,92	13.369.716,77
Outros créditos		56.084.786,79	54.018.799,95	Exigível a longo prazo		285.076.909,30	282.844.824,67
Rendas a receber	8	41.033,38	28,10	Depósitos	11	21.446.021,77	28.824.261,42
Recursos pendentes de recebimento	7	48.507.132,58	50.282.454,62	Depósitos a prazo		21.446.021,77	28.824.261,42
Outros créditos diversos	8	7.852.156,81	4.059.560,91	Obrigações por empréstimo	12	192.814.340,73	190.728.733,05
(-) Provisão com outros créditos	8	(315.535,98)	(323.243,68)	Empréstimos no país - instituições oficiais		192.814.340,73	190.728.733,05
Outros valores e bens		228.598,96	208.875,93	Outras obrigações		70.816.546,80	63.291.830,20
Despesas antecipadas		228.598,96	208.875,93	Provisão para contingências	14	165.000,00	100.000,00
Realizável a longo prazo		249.793.138,32	247.784.675,71	Outras obrigações - diversas	13	70.651.546,80	63.191.830,20
Operações de crédito		201.528.394,29	198.136.438,56	Resultado de exercícios futuros	15	885.840,44	758.927,12
Setor privado	6a	204.435.632,04	199.431.657,10	Resultado de exercícios futuros		885.840,44	758.927,12
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(2.907.237,75)	(1.295.218,54)	Participação de Não Controladores		61.659.649,12	58.504.617,82
Outros créditos		47.648.837,02	48.922.475,70	Patrimônio líquido		82.505.583,21	79.862.305,07
Outros créditos diversos	8	9.384.902,53	7.791.745,54	Capital			
Pagamentos a ressarcir	9	51.856.867,45	51.607.837,37	De domiciliados no país	16a	75.000.000,00	75.000.000,00
(-) Provisão com pagamentos a ressarcir	9	(13.592.932,96)	(10.477.107,21)	Reservas de lucros		4.658.771,27	1.315.960,42
Outros valores e bens		615.907,01	725.761,45	Ajustes de avaliação patrimonial		3.121,20	0,00
Despesas antecipadas		526.994,49	677.560,89	Lucros acumulados		2.843.690,74	3.546.344,65
Outros valores e bens		88.912,52	48.200,56	Total do passivo e patrimônio líquido		609.360.540,69	589.582.204,40
Permanente		1.764.757,73	2.074.105,12				
Investimentos		34.014,55	32.115,27				
Imobilizado de uso	10	742.388,03	800.380,97				
Imobilizado de uso		2.218.662,66	2.116.565,52				
(-) Depreciações acumuladas		(1.476.274,63)	(1.316.184,55)				
Intangível	10	988.355,15	1.241.608,88				
Intangível		5.405.460,39	5.303.186,32				
(-) Amortizações acumuladas		(4.417.105,24)	(4.061.577,44)				
Total do ativo		609.360.540,69	589.582.204,40				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstração dos resultados

Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Nota	2015	2014
Receitas da intermediação financeira		<u>23.781.355,45</u>	<u>19.923.499,88</u>
Operações de crédito		19.902.006,36	16.542.361,28
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.879.349,09	3.381.138,60
Despesas da intermediação financeira		<u>(11.926.705,97)</u>	<u>(7.860.793,27)</u>
Operações de captação no mercado		(5.179.979,79)	(4.544.294,76)
Operações de empréstimos e repasses		(3.589.671,96)	(2.419.495,98)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.157.054,22)	(897.002,53)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>11.854.649,48</u>	<u>12.062.706,61</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>6.877.484,00</u>	<u>3.156.647,12</u>
Receitas de prestação de serviços		52.265.803,35	48.739.640,04
Rendas de tarifas bancárias		416.944,53	733.094,04
Despesas de pessoal		(8.931.901,27)	(8.808.506,47)
Outras despesas administrativas	19	(30.358.725,19)	(33.082.746,92)
Despesas tributárias		(6.675.648,05)	(6.248.964,97)
Outras receitas operacionais	20	1.595.440,94	2.357.173,63
Outras despesas operacionais	20	(1.434.430,31)	(533.042,23)
Resultado operacional		<u>18.732.133,48</u>	<u>15.219.353,73</u>
Resultado não operacional		-	6.770,75
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>18.732.133,48</u>	<u>15.226.124,48</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(6.568.100,37)</u>	<u>(5.524.782,58)</u>
Provisão para imposto de renda	17	(5.259.663,27)	(4.132.062,08)
Provisão para contribuição social	17	(2.421.995,14)	(1.944.162,94)
Ativo fiscal diferido	17	1.113.558,04	551.442,44
Lucro líquido do semestre		<u>12.164.033,11</u>	<u>9.701.341,90</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de lucros					
Saldos em 1º de janeiro de 2014	75.000.000,00	92.025,20	1.311.359,16	-	-	76.403.384,36	52.349.620,57	128.753.004,93
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.546.344,65	3.546.344,65	6.154.997,25	9.701.341,90
Dividendos complementares AGE de 15/04/2015	-	-	(87.423,94)	-	-	(87.423,94)	-	(87.423,94)
Destinação:								
Reserva legal	-	177.317,23	-	-	(177.317,23)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2014	<u>75.000.000,00</u>	<u>269.342,43</u>	<u>1.223.935,22</u>	<u>-</u>	<u>3.369.027,42</u>	<u>79.862.305,07</u>	<u>58.504.617,82</u>	<u>138.366.922,89</u>
Mutações do semestre	-	177.317,23	(87.423,94)	-	3.369.027,42	3.458.920,71	6.154.997,25	9.613.917,96
Saldos em 1º de janeiro de 2015	75.000.000,00	410.388,14	5.760.607,08	3.121,20	-	81.174.116,42	52.339.306,75	133.513.423,17
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	2.843.690,74	2.843.690,74	9.320.342,37	12.164.033,11
Dividendos complementares AGE de 15/04/2015	-	-	(1.512.223,95)	-	-	(1.512.223,95)	-	(1.512.223,95)
Destinação:								
Reserva legal	-	142.184,54	-	-	(142.184,54)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2015	<u>75.000.000,00</u>	<u>552.572,68</u>	<u>4.248.383,13</u>	<u>3.121,20</u>	<u>2.701.506,20</u>	<u>82.505.583,21</u>	<u>61.659.649,12</u>	<u>144.165.232,33</u>
Mutações do semestre	-	142.184,54	(1.512.223,95)	-	2.701.506,20	1.331.466,79	9.320.342,37	10.651.809,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	12.164.033,11	9.701.341,90
Ajustes ao resultado:		
Constituição de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	3.157.054,22	897.002,53
Constituição de provisão para contingências	20.000,00	-
Depreciações e amortizações	291.887,82	291.074,58
Reversões (Perdas) com comissões	(748.482,12)	992.500,73
(Reversões) Perdas com empréstimos	1.200.000,00	(140.603,25)
(Reversões) Perdas com investimentos	69.402,20	155.436,61
Outras provisões operacionais	216.195,96	14.917,63
Custo dos ativos baixados	1.881,44	8.513,68
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.548.839,14	2.781.548,17
Juros sobre dívida subordinada	3.945.725,40	2.991.745,20
Lucro líquido ajustado	23.866.537,17	17.693.477,78
Variações nos ativos e passivos	(3.234.349,99)	(23.087.567,35)
Títulos e valores mobiliários	1.087.953,36	(6.656.994,08)
Relações interfinanceiras	(702,04)	779.024,62
Operações de crédito	24.067.424,54	(75.621.419,50)
Outros créditos	(1.913.405,21)	(3.396.495,44)
Outros valores e bens	(51.690,09)	234.611,29
Depósitos a prazo	(10.388.553,47)	19.867.211,82
Obrigações por empréstimos e repasses	(17.724.781,68)	38.310.005,55
Outras obrigações	1.584.172,72	3.092.917,81
Resultados de exercícios futuros	105.231,88	303.570,58
Caixa gerado (utilizado nas) atividades operacionais	20.632.187,18	(5.394.089,57)
Impostos pagos sobre o lucro	(8.757.147,39)	(5.043.411,88)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	11.875.039,79	(10.437.501,45)
Alienação de imobilizado de uso	2.639,73	28.500,04
Aquisição de imobilizado de uso	(56.920,51)	(292.395,22)
Aquisição do intangível	(10.598,83)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(64.879,61)	(263.895,18)
Dividendos pagos	(17.482.075,37)	(12.227.842,80)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(17.482.075,37)	(12.227.842,80)
Variação líquida de caixa e equivalente de caixa	(5.671.915,19)	(22.929.239,43)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	20.793.981,13	40.631.374,63
No fim do período	15.122.065,94	17.702.135,20
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5.671.915,19)	(22.929.239,43)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco está autorizado a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

Em atendimento à Resolução nº 4.280/2013, essas empresas estão consolidando suas demonstrações financeiras para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - Balanço Prudencial, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as da Administradora de Consórcio, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2015 foram aprovadas pela Diretoria em reunião realizada na data de 28 de agosto de 2015.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional das Instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita de serviços provenientes de taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita na Administradora por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular BACEN nº 2.381/1993. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f. Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco,

considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo (“write-offs”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo Bacen nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer e reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

i. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

j. Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k. Intangível

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de software) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção. Está demonstrado aos valores de custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, pelo método linear.

l. Redução ao valor recuperável de ativo

Na Administradora, o imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m. Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- Passivos contingentes - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A provisão é reconhecida para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutivo é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

o. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata dia”) e incorridos, assim como, provisão para perda, quando julgada necessária.

p. Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular BACEN nº. 3.171/2002, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, conforme demonstrado na Nota 17 está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em junho de 2015.

q. Resultado de exercícios futuros

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

r. Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

s. Estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. As informações financeiras da Administradora incluem o valor residual do ativo imobilizado, imposto de renda diferido ativo, provisão para perda a valor de mercado de imóveis destinados a venda, provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa e provisão para perda em aplicações em cotas de consórcios. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

t. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida (Nota 23) com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão da Administradora são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

u. Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota 23). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício por ocorrência de uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2015	2014
Operações compromissadas		
Até 30 dias		
Posição Bancada		
Letras do Tesouro Nacional	<u>14.714.659,68</u>	<u>17.079.962,32</u>

5 Títulos e valores mobiliários

	2015			2014		
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado (contábil)	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)
Títulos para negociação						
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	7.597.083,31	15.858.997,97	23.456.081,28	23.456.081,28	20.972.515,35
Fundos de investimento	4.852.496,01	-	-	4.852.496,01	4.852.496,01	4.315.969,28
Certificado de depósito bancário (CDB Pós fixado)	-	9.302.283,67	-	9.302.283,67	9.302.283,67	8.757.853,73
Debêntures compromissadas	-	19.949.826,60	-	19.949.826,60	19.949.826,60	14.485.894,68
Total	<u>4.852.496,01</u>	<u>36.849.193,58</u>	<u>15.858.997,97</u>	<u>57.560.687,56</u>	<u>57.560.687,56</u>	<u>48.532.233,04</u>

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos investimentos em debêntures compromissadas é correspondente aos preços dos ativos divulgados por fontes externas como o site debentures.com. O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. As aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001 os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

6 Operações de crédito

As informações da carteira em 30 de junho de 2015 e 2014 são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira por modalidade

	2015		2014	
	Valor	% sobre total da carteira	Valor	% sobre total da carteira
Empréstimos (a)	22.736.831,02	5,20	13.642.819,72	3,25
Títulos descontados	7.045.100,39	1,61	8.017.752,44	1,91
Financiamentos (b)	407.386.411,46	93,19	398.453.772,09	94,84
Total	<u>437.168.342,87</u>	<u>100,00</u>	<u>420.114.344,25</u>	<u>100,00</u>
Circulante	232.732.710,83	53,24	220.682.687,15	52,53
Realizável a longo prazo	204.435.632,04	46,76	199.431.657,10	47,47
Total	<u>437.168.342,87</u>	<u>100,00</u>	<u>420.114.344,25</u>	<u>100,00</u>

- (a) Composto por operações de empréstimo capital de giro.
- (b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendedor e Compror (Floor Plan).

b. Diversificação da carteira por vencimento

	2015		2014	
		%		%
Vencidos:	6.403.681,61	1,46	5.020.329,95	1,19
A vencer:				
Até 90 dias	130.246.572,52	29,79	132.393.401,23	31,51
De 91 até 360 dias	96.082.456,70	21,98	83.268.955,97	19,82
Acima de 361 dias	204.435.632,04	46,77	199.431.657,10	47,48
Total	430.764.661,26	98,54	415.094.014,30	98,81
Total	437.168.342,87	100,00	420.114.344,25	100,00
Provisão p/ créd. de liq. duvidosa-curto prazo	(3.955.446,33)	57,64	(1.433.234,38)	52,53
Provisão p/ créd. de liq. duvidosa-longo prazo	(2.907.237,75)	42,36	(1.295.218,54)	47,47
Total Provisão p/ créd. de liq. duvidosa	(6.862.684,08)	100,00	(2.728.452,92)	100,00
Total da carteira líquida	430.305.658,79		417.385.891,33	

c. Diversificação da carteira por nível de concentração

	2015		2014	
		% sobre total da carteira		% sobre total da carteira
Principal devedor	10.566.017,87	2,42	12.603.306,18	3,00
20 maiores devedores seguintes	106.716.835,83	24,41	97.932.058,28	23,31
Demais devedores	319.885.489,17	73,17	309.578.979,79	73,69
Total	437.168.342,87	100,00	420.114.344,25	100,00

d. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	Percentual de provisão	2015		2014	
		Valor da carteira	Valor da provisão	Valor da carteira	Valor da provisão
AA	0,0%	17.340.419,62	-	29.333.553,75	-
A	0,5%	320.288.439,94	1.601.441,88	343.977.530,94	1.719.887,41
B	1,0%	60.997.469,98	609.974,84	30.963.693,35	309.636,91
C	3,0%	29.624.248,01	888.727,47	14.998.114,34	449.943,41
D	10,0%	683.388,46	68.338,85	516.213,25	51.621,34
E	30,0%	6.437.360,85	1.931.208,25	19.422,42	5.826,73
F	50,0%	49.503,20	24.751,60	160.475,87	80.237,94
G	70,0%	30.905,43	21.633,81	113.470,51	79.429,36
H	100,0%	1.716.607,38	1.716.607,38	31.869,82	31.869,82
Total		437.168.342,87	6.862.684,08	420.114.344,25	2.728.452,92

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2015	2014
Saldo inicial	5.507.542,54	2.156.639,79
Constituição de provisão	7.627.997,79	1.984.900,49
Reversão de provisão	(4.551.269,25)	(1.087.897,96)
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(1.721.587,00)	(325.189,40)
Saldo final	6.862.684,08	2.728.452,92

(a) Os crédito baixados contra prejuízo obedecem as práticas contábeis descritas na nota 3.f

e. Composição da carteira de operações de crédito por indexador

	2015		2014	
		%		%
Operações pré-fixadas	400.891.975,62	91,70	379.277.838,20	90,28
Operações pós-fixadas	36.276.367,25	8,30	40.836.506,05	9,72
Total	437.168.342,87	100,00	420.114.344,25	100,00

f. Composição da carteira de operações de crédito por atividade econômica e tipo de cliente

	2015		2014	
		%		%
Indústria	27.081.778,80	6,19	14.945.909,78	3,56
Comércio	98.416.417,79	22,51	110.602.724,82	26,33
Serviços	309.782.550,24	70,87	293.264.650,97	69,80
Pessoa jurídica	435.280.746,83	99,57	418.813.285,57	99,69
Pessoa física	1.887.596,04	0,43	1.301.058,68	0,31
Total	437.168.342,87	100,00	420.114.344,25	100,00

- g.** Em 30 de junho de 2015 e 2014 não ocorreram recuperações de créditos anteriormente baixados como prejuízo.
- h.** No semestre findo em 30 de junho de 2015 foram renegociadas operações no total de R\$ 21.900.090,61 (R\$ 5.667.945,65 em 2014).

7 Recursos pendentes de recebimento

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular BACEN nº 3.432/2009, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.

8 Outros créditos diversos e provisão com outros créditos

	2015	2014
Créditos tributários (Nota 17)	11.264.495,60	8.606.560,97
Devedores diversos (b)	4.911.380,45	1.577.037,99
Devedores por compra de valores e bens (c)	81.002,08	88.709,78
Direitos por adiantamentos a terceiros (d)	443.428,35	1.134.683,57
Depósitos judiciais	19.202,25	19.202,25
Impostos a compensar	164.875,66	67.898,59
Adiantamentos e antecipações salariais (a)	350.651,95	347.340,30
Provisão perda devedores por compra de valores e bens (c)	(81.002,08)	(88.709,78)
Provisão para perda de devedores diversos	(234.533,90)	(234.533,90)
Rendas a receber	41.033,38	28,10
Ativos líquidos do benefício definido RANDONPREV (Nota 23)	2.023,00	9.873,00
	<u>16.962.556,74</u>	<u>11.528.090,87</u>
Total		
(-) Circulante	<u>(7.577.654,21)</u>	<u>(3.736.345,33)</u>
Total realizável a longo prazo	<u>9.384.902,53</u>	<u>7.791.745,54</u>

- (a) O saldo de adiantamentos e antecipações salariais refere-se aos adiantamentos de viagens, à fornecedores, de décimo terceiro salário e de férias;
- (b) O valor de devedores diversos refere-se principalmente: a valores a receber do Banco Itaú referentes à cobrança de parcelas efetuada em 30/06/2015, repassados ao Banco no dia 01/07/2015 (D+1); adiantamentos de comissões a franquias e grupos (Administradora);
- (c) Referem-se a valores a receber pela venda parcelada de cotas de consórcio contempladas do segmento imóveis de propriedade da própria Administradora e valores a receber pelo repasse de participação societária. A Administradora constitui provisão para perda em títulos e créditos a receber de acordo com os critérios estabelecidos pela Administradora, tendo como base a classificação das operações em níveis de risco, de acordo com sua inadimplência.
- (d) Referem-se a adiantamentos concedidos a fornecedores, relativos a recursos antecipados de grupos de consórcios, efetuados de acordo com a Carta-Circular BACEN nº 3.047/2002, sendo que as respectivas antecipações estão registradas na conta de obrigações por adiantamentos de terceiros. Valor também é apresentado na nota explicativa nº 13 d (Outras obrigações diversas) e nota explicativa nº 21 (Transações com partes relacionadas).

9 Pagamentos a ressarcir

Estão assim representados:

	2015	2014
Empréstimos a grupos encerrados (a)	26.327.130,30	28.221.688,49
Cotas adquiridas de grupos em andamento (b)	<u>25.529.737,15</u>	<u>23.386.148,88</u>
Total	<u>51.856.867,45</u>	<u>51.607.837,37</u>
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (a)	<u>(13.592.932,96)</u>	<u>(10.477.107,21)</u>
Total	<u>38.263.934,49</u>	<u>41.130.730,16</u>

- (a) Referem-se a empréstimos realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora e a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora conforme a avaliação da realização destes empréstimos através da análise da situação financeira dos grupos que tomadores.
- (b) Referem-se a cotas de consórcio dos grupos de imóveis e outros bens, administrados pela própria Administradora. Em 30 de junho de 2015 e 2014 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	2015	2014
Bens imóveis	10.620.323,58	9.481.458,62
Bens móveis	<u>14.909.413,57</u>	<u>13.904.690,26</u>
Total	<u>25.529.737,15</u>	<u>23.386.148,88</u>

Os valores referem-se a investimentos em grupos de imóveis e em grupos de bens móveis, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus.

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 08 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

10 Imobilizado de uso e intangível

	2015			2014	Taxas anuais médias de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de uso					
Móveis e utensílios e instalações	890.558,95	(611.679,75)	278.879,20	354.931,72	8,6 a 10
Equipamentos de informática	1.053.285,61	(791.395,31)	261.890,30	268.176,31	15,1 a 20
Sistemas de transporte	235.300,00	(57.238,01)	178.061,99	149.766,72	10 a 20
Outras imobilizações	39.518,10	(15.961,56)	23.556,54	27.506,22	10 a 20
Total	2.218.662,66	(1.476.274,63)	742.388,03	800.380,97	
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	5.101.353,34	(4.221.492,41)	879.860,93	1.086.877,72	15,3
Sistema de comunicação	10.776,59	-	10.776,59	10.776,59	-
Software e licença de uso	293.330,46	(195.612,83)	97.717,63	143.954,57	20
Total	5.405.460,39	(4.417.105,24)	988.355,15	1.241.608,88	
Total imobilizado de uso e intangível	<u>7.624.123,05</u>	<u>(5.893.379,87)</u>	<u>1.730.743,18</u>	<u>2.041.989,85</u>	

11 Depósitos a prazo

Em 30 de junho de 2015 e 2014 os depósitos a prazo estavam sendo remunerados à taxas que variam de 85% a 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2015			2014	
	Realizável a longo prazo			Total	Total
	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses		
Depósitos a prazo	<u>1.520.532,15</u>	<u>3.495.277,99</u>	<u>16.430.211,63</u>	<u>21.446.021,77</u>	<u>30.183.342,36</u>

12 Obrigações por empréstimos e repasses

	2015			2014	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Repasses no País - Finame	26.563.931,95	77.679.575,83	192.814.340,73	297.057.848,51	280.282.931,13
Empréstimos no País - Leasing	9.294,44	9.294,44	27.883,32	46.472,20	64.998,92
Total	<u>26.573.226,39</u>	<u>77.688.870,27</u>	<u>192.842.224,05</u>	<u>297.104.320,71</u>	<u>280.347.930,05</u>

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2020. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse.

13 Outras obrigações - diversas

	2015	2014
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	901.138,43	917.210,62
Credores diversos - país	323.508,10	166.963,32
Saldo remanescente de grupos a pagar (b)	4.351.685,54	3.492.348,75
Provisões diversas (c)	4.096.335,57	5.429.308,20
Provisão para pagamentos a efetuar	1.893.727,53	1.813.323,00
Fornecedores	262.494,83	359.352,19
Obrigações por adiantamentos a terceiros (d)	443.428,35	1.134.683,57
Outros débitos	229.095,57	56.527,12
	<u>12.501.413,92</u>	<u>13.369.716,77</u>
Total circulante		
Realizável a longo prazo		
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (e) (Nota 21)	70.651.546,80	63.191.830,20
	<u>70.651.546,80</u>	<u>63.191.830,20</u>
Total realizável a longo prazo		
	<u>83.152.960,72</u>	<u>76.561.546,97</u>

- (a) Referem-se a despesas de pessoal, provisões de encargos e outras despesas administrativas a pagar.
- (b) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.
- (c) Referem-se a provisão para comissões e outros gastos.
- (d) Referem-se a adiantamentos recebidos de grupos de consórcio que foram concomitantemente repassados na forma de adiantamentos concedidos a fornecedores, conforme mencionado na nota explicativa nº 8 d.
- (e) Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13 o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto a Randon S.A. Implementos e Participações, controladora do Grupo Randon. A captação de recursos no valor de R\$ 60.000.000,00, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do CDI, pagos semestralmente a partir de 09/07/2019.

14 Provisão para contingências

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são partes em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, é constituída a provisão para contingência tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

Em 30 de junho as ações judiciais com perda provável e possível atualizadas montam os valores de:

Natureza	2015		2014	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível	20.000,00	1.000,00	-	-
Trabalhista (*)	145.000,00	92.000,00	100.000,00	88.000,00
Tributário	-	49.267,00	-	-
Total	165.000,00	142.267,00	100.000,00	88.000,00

(*) A Administradora figura como parte envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível para as quais de acordo com seus assessores, há possibilidade de que a Administradora seja desvinculada destes processos, não mais figurando como requerida dos mesmos.

Movimentação da provisão para passivo contingentes

	2015	2014
Saldo inicial	129.000,00	100.000,00
Constituição/ (reversão) de provisão	36.000,00	-
Saldo final	165.000,00	100.000,00

15 Resultado de exercício futuros

	2015	2014
Comissão por financiamento	885.840,44	758.927,12
Total	885.840,44	758.927,12

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras empresas do Grupo. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticados pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendedor e Comprador (Floor Plan), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as empresas do Grupo Randon.

16 Patrimônio líquido

(i) Capital social

O capital social do Banco é de R\$ 75.000.000,00, representado por 39.823.221 ações ordinárias e 39.823.221 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal em 30 de junho de 2015 e 2014.

(ii) Dividendos

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada período. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado quando houver lucros passíveis de distribuição.

Em 28 de abril de 2015, foram pagos dividendos, aprovados na Assembléia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2015, relativos à data-base 31 de dezembro de 2014.

No semestre foram pagos dividendos conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Saldo no início do semestre	1.512.223,95	437.119,72
Dividendos complementares provisionados	1.512.223,95	87.423,94
Pagamentos realizados no semestre	<u>(3.024.447,90)</u>	<u>(524.543,66)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

(iii) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

(iv) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e a manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

17 Imposto de renda e contribuição social

a. Banco Randon

(i) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 15% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240.000,00 no ano (R\$ 120.000,00 no semestre).

Os créditos tributários sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Banco Randon S.A. Conglomerado Prudencial
Demonstrações contábeis consolidadas em
30 de junho de 2015

	2015	2014
Base de cálculo imposto de renda (IRPJ)		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>4.591.228,57</u>	<u>5.774.206,49</u>
Adições permanentes - IRPJ	47.205,20	38.435,07
Adições temporárias - IRPJ	5.271.657,79	1.939.270,19
Exclusões temporárias - IRPJ	<u>(2.094.849,35)</u>	<u>(650.838,76)</u>
Lucro real antes compensações de prejuízos fiscais	<u>7.815.242,21</u>	<u>7.101.072,99</u>
Base de cálculo IRPJ corrente	<u>7.815.242,21</u>	<u>7.101.072,99</u>
Base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL)		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>4.591.228,57</u>	<u>5.774.206,49</u>
Adições permanentes - CSLL	55.257,20	46.186,07
Adições temporárias - CSLL	5.271.657,79	1.939.270,19
Exclusões temporárias - CSLL	<u>(2.094.849,35)</u>	<u>(650.838,76)</u>
Base de cálculo antes compensação da base negativa de CSLL	<u>7.823.294,21</u>	<u>7.108.823,99</u>
Base de cálculo CSLL corrente	<u>7.823.294,21</u>	<u>7.108.823,99</u>
IRPJ e CSLL		
Impostos de renda - 25%	(1.941.810,55)	(1.763.268,25)
Contribuição social - 15%	(1.173.494,13)	(1.066.323,60)
Incentivos fiscais - PAT	46.891,45	42.606,44
Incentivos fiscais - Outros	<u>50.152,00</u>	<u>43.751,00</u>
IRPJ e CSLL provisão corrente	<u>(3.018.261,23)</u>	<u>(2.743.233,41)</u>
IRPJ e CSLL provisão diferida	-	(1.093,87)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	-
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	<u>1.270.722,40</u>	<u>516.466,44</u>
IRPJ e CSLL diferidos	<u>1.270.722,40</u>	<u>516.466,44</u>
Total IRPJ e CSLL registrado no resultado	<u>(1.747.537,83)</u>	<u>(2.227.860,84)</u>

(ii) Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

	Saldo em 01/01/2014	Constituição	Reversão	Saldo em 30/06/2014
Adições temporárias				
PCLD	1.116.836,94	924.035,96	(565.234,94)	1.475.637,96
Receitas diferidas	182.142,62	2.262.899,72	(2.141.471,48)	303.570,86
Participações dos func. no resultado (PLR)	<u>73.369,33</u>	<u>109.606,50</u>	<u>(73.369,33)</u>	<u>109.606,50</u>
Ativo fiscal diferido (nota 8)	<u>1.372.348,89</u>	<u>3.296.542,18</u>	<u>(2.780.075,75)</u>	<u>1.888.815,32</u>

	Saldo em 01/01/2015	Constituição	Reversão	Saldo em 30/06/2015
Adições temporárias				
PCLD	2.345.840,71	3.771.964,19	(2.639.218,26)	3.478.586,64
Receitas diferidas	312.243,42	2.305.321,77	(2.263.229,02)	354.336,17
Participação dos func. no resultado (PLR)	-	87.724,94	-	87.724,94
Contingências cíveis	-	8.000,00	-	8.000,00
Ativo fiscal diferido (nota 8)	<u>2.658.084,13</u>	<u>6.173.010,90</u>	<u>(4.902.447,28)</u>	<u>3.928.647,75</u>

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2015	2014
2014	-	720.065,44
2015	1.003.462,15	262.020,56
2016	1.021.817,18	314.329,41
2017	794.653,24	319.449,21
2018	568.392,86	190.920,77
2019	489.555,68	-
Acima 5 anos	<u>50.766,64</u>	<u>82.029,93</u>
Total	<u>3.928.647,75</u>	<u>1.888.815,32</u>

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 13,65% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.024.208,88 (R\$ 1.537.275,11 em 2014 à taxa de 10,90% a.a.).

Não existem créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2015 e 2014.

b. Randon Administradora de Consórcios

(i) Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício

	Semestre 30/06/2015	Semestre 30/06/2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>14.140.904,91</u>	<u>9.451.917,99</u>
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente	(4.807.907,67)	(3.213.652,12)
Adições permanentes	(127.164,30)	(149.423,37)
Exclusões permanentes	91.175,20	44.988,65
Outros ajustes	<u>23.334,23</u>	<u>21.165,10</u>
Total	<u>(4.820.562,54)</u>	<u>(3.296.921,74)</u>
IRPJ e CSLL correntes	(4.663.397,18)	(3.332.990,61)
IRPJ e CSLL diferidos	<u>(157.165,36)</u>	<u>36.068,87</u>
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(4.820.562,54)</u>	<u>(3.296.921,74)</u>

(ii) **Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos e previsão de realização dos créditos tributários**

Créditos tributários	Saldo em 01/01/2014	Constituições	Reversões	Saldo em 30/06/2014
Provisão para perda de outros valores e bens	8.789,17	-	-	8.789,17
Provisão para perda de outros créditos	30.172,61	317,43	(328,72)	30.161,32
Provisão para perda de pagamentos a ressarcir	3.610.021,56	91.554,00	(139.359,10)	3.562.216,46
Provisão para pagamento de devedores diversos	826.821,80	52.848,45	(4.049,07)	875.621,18
Provisão para comissões	1.094.314,74	6.884.323,80	(6.546.873,56)	1.431.764,98
Provisão para contingências	34.000,00	-	-	34.000,00
Outros	1.077.555,89	927.768,24	(1.230.131,59)	775.192,54
	<u>6.681.675,77</u>	<u>7.956.811,92</u>	<u>(7.920.742,04)</u>	<u>6.717.745,65</u>

Créditos tributários	Saldo em 01/01/2015	Constituições	Reversões	Saldo em 30/06/2015
Provisão para perda de outros valores e bens	8.789,17	-	-	8.789,17
Provisão para perda de outros créditos	29.821,33	-	(2.280,62)	27.540,71
Provisão para perda de pagamentos a ressarcir	4.210.197,21	411.613,32	(213,32)	4.621.597,21
Provisão para pagamento de devedores diversos	891.099,47	23.596,75	-	914.696,22
Provisão para comissões	1.640.201,12	4.594.360,87	(4.848.844,79)	1.385.717,20
Provisão para contingências	43.860,00	5.440,00	-	49.300,00
Outros	669.044,92	455.851,09	(796.688,67)	328.207,34
	<u>7.493.013,21</u>	<u>5.490.862,03</u>	<u>(5.648.027,40)</u>	<u>7.335.847,85</u>

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Circular nº 3.174 do Banco Central do Brasil, a Administradora estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Ano de realização	30/06/2015	30/06/2014
2015	2.380.102,45	3.280.102,45
2016	2.213.653,45	2.213.653,45
2017	933.596,95	933.596,95
2018	927.174,20	927.174,20
2019	881.320,80	881.320,80
Créditos tributários líquidos	<u>7.335.847,85</u>	<u>7.335.847,85</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período.

O valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando a taxa média de inflação apurada pela Administradora, monta R\$ 6.285.364,14 (R\$ 5.836.318,53 em 30 de junho de 2014), com uma taxa média de 5,5% a.a com base nas projeções definidas pela Administração, relacionadas a inflação.

18 Receitas de prestação de serviços

Refere-se, principalmente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 12,65% (13,3% em junho de 2014) sobre o valor da referida contribuição.

19 Outras despesas administrativas

	2015	2014
Comissões sobre vendas	17.463.471,39	19.981.375,19
Serviços de terceiros	2.461.156,56	1.787.541,03
Promoções e relações públicas	2.426.578,38	2.979.993,60
Participação dos empregados	1.334.045,22	1.204.709,53
Propaganda e publicidade	1.006.155,28	1.267.735,05
Manutenção e conservação de bens	906.111,70	980.382,01
Perdas com empréstimos a grupos	820.473,02	1.446.469,40
Processamento de dados	699.899,67	704.613,86
Viagens	671.554,69	636.476,26
Outras despesas administrativas	<u>2.569.279,28</u>	<u>2.093.450,99</u>
Total	<u><u>30.358.725,19</u></u>	<u><u>33.082.746,92</u></u>

20 Outras receitas e despesas operacionais

	2015	2014
Receita de equalização de taxa BNDES PSI2012/09	65.819,43	66.001,78
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	429.761,13	450.099,43
Outras receitas operacionais	13.212,33	522.574,27
Reversão de provisões operacionais	91.141,82	279.214,50
Multas e juros recebidos	627.058,63	480.866,45
Variações monetárias ativas	<u>368.447,60</u>	<u>558.417,20</u>
Total de outras receitas operacionais	<u><u>1.595.440,94</u></u>	<u><u>2.357.173,63</u></u>
Despesa com processos judiciais	(20.181,85)	(6.371,28)
Despesa provisões operacionais	(1.367.875,53)	(325.666,80)
Despesas com multas e juros	(458,10)	(30.721,80)
Inclusão na Tributação	0,00	(141.394,97)
Outras despesas eventuais	<u>(45.914,83)</u>	<u>(28.887,38)</u>
Total de outras despesas operacionais	<u><u>(1.434.430,31)</u></u>	<u><u>(533.042,23)</u></u>

21 Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos

	2015		2014	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Randon S.A. Implementos e Participações				
Depósitos a prazo (Passivo)	(14.953.188,77)	(868.362,79)	(23.719.580,97)	(1.117.721,51)
Dívida Subordinada (Nota 13)	(70.651.546,80)	(3.945.725,40)	(63.191.830,20)	(2.991.745,20)
Fornecedores	-	-	(6.063,50)	-
Despesas Administrativas	-	(1.845.206,70)	-	(1.541.469,44)
	(85.604.735,57)	(6.659.294,89)	(86.917.474,67)	(5.650.936,15)
Outras empresas do Grupo Randon				
Bônus por financiamento (Resultado de exercícios futuros) (*)	(885.840,44)	-	(758.927,12)	-
Receita de bônus por financiamento	-	5.655.025,41	-	5.340.499,37
Outros Créditos	677.560,89	-	815.580,00	-
Despesas Administrativas	-	(67.097,83)	-	(66.164,85)
	(208.279,55)	5.587.927,58	56.652,88	5.274.334,52
Total	<u>(85.813.015,12)</u>	<u>(1.071.367,31)</u>	<u>(86.860.821,79)</u>	<u>(376.601,63)</u>

(*) Referem-se a bônus pago pelas empresas do Grupo Randon ao Banco para incentivo aos financiamentos de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor e Compro (Floor Plan).

As operações com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Os grupos de consórcio possuem adiantamentos a fornecedores em aberto com a Randon S.A. Implementos e Participações (controladora), mencionados nas notas explicativas nº 8d e 13d, no montante de R\$ 443.428,45 (R\$ 1.134.683,57 em junho de 2014). A Randon S.A. Implementos e Participações (controladora) possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora, no montante de R\$ 15.756.614,88 (R\$ 6.917.414,57 em junho de 2014).

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2015 foi de R\$ 1.060.088,14 (R\$ 998.537,63 em 2014), referente a benefícios de curto prazo e de R\$ 14.084,95 (R\$ 13.030,45 em 2014) referente a benefícios de longo prazo.

O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

22 Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2015 e 2014 o Banco e a Administradora não possuem operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

23 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As Instituições que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras do RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. A última avaliação atuarial foi concluída em dezembro de 2014 para a data-base de 31 de dezembro de 2014 e realizada pelos atuários independentes Tower Watson Foster & Crosby Ltda.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2014 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

As Instituições oferecem plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas a fundos separados dos fundos próprios da Instituição.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2015 não houveram mudanças significativas no plano, no número de participantes e nas premissas durante o período findo em 30 de junho de 2015, em relação àquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2014.

As contribuições efetuadas no período montaram R\$ 158.100,73 (R\$ 146.729,31 em 2014).

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2014, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1), a Administradora reconheceu um ativo referente ao plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários no total de R\$ 1.571,00 em junho de 2015 e R\$ 9.873,00 em junho de 2014.

24 Limites operacionais

Acordo da Basiléia

As instituições financeiras devem manter permanentemente capital (Patrimônio de Referência), compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração, com efeito, a partir de 1º de outubro de 2013.

O requerimento mínimo de PR corresponde atualmente a 11% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA). O RWA é calculado considerando no mínimo, a soma das exposições ao risco de crédito (RWACPAD), das exposições ao risco de mercado (RWAMPAD) e do capital requerido para o risco operacional (RWAOPAD).

A partir da data-base de janeiro de 2015, o Banco Randon passou a calcular os limites operacionais para o Conglomerado Prudencial.

O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial para 30 de junho de 2015 é de 29,79% apurado conforme Circular nº. 3.678/13. Em 30 de junho de 2014, o Índice de Basileia do Banco Randon era de 32,65%, apurado conforme determinava a Circular 3.477/09.

25 Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de Riscos do Banco Randon em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012, destacam os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos Operacionais, de Mercado, de Crédito, de Capital e de Liquidez utilizadas pelo Banco Randon. As descrições completas destas estruturas encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de Crédito

O risco de crédito conforme Resolução CMN nº 3.721/2009, corresponde à possibilidade de perdas financeiras pela Instituição decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, a Instituição adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

Risco de Mercado

Risco de mercado conforme Resolução CMN nº 3.464/2007 tem como objetivo apurar valor relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, sendo o seu valor reservado no patrimônio de referência. As exposições de risco de mercado do Banco Randon, são controladas e administradas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros.

Risco Operacional

A Resolução CMN nº 3.380/2006 dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional das instituições financeiras. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Com a finalidade de gerir e mitigar o risco operacional, a área de Riscos do Banco Randon mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no mapeamento dos eventos de perda, além de mensurar os impactos de perda operacional.

Risco de Liquidez

A Resolução nº 4.090/2012 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez, que é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de Tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Gerenciamento do Capital

O gerenciamento de Capital conforme Resolução 3.988/2011 compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco Randon planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

26 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais do Banco Randon era composta por R\$ 335.754,25 para danos materiais (R\$ 365.500,00 em 2014).

27 Outras Informações

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável com vigência a partir de 1º de setembro de 2015, entretanto, ainda requer a aprovação pelo Congresso Nacional, para ser convertida em lei e seus respectivos impactos serão refletidos contabilmente a partir da entrada em vigor. Os efeitos estimados dessa mudança de alíquota, considerando as informações na data-base de 30 de junho de 2015, são positivos por volta de R\$ 232.324,29.

* * *

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon
Vice-Presidente: Astor Milton Schmitt
Conselheiro: Erino Tonon

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini
Diretor Administrativo: Jaime Marchet
Diretor Comercial: Geraldo Santa Catharina

Contadora

Deise Cristina Misturini
CRC/RS-073569/O-0